

ATA DA ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA 23/05

Ata da Assembleia Geral Extraordinária dos estudantes da FDRP, convocada pelo Centro Acadêmico Antonio Junqueira de Azevedo da Faculdade de Direito de Ribeirão Preto, tendo sido convocada pelo Edital 005/07.

A primeira chamada da Assembleia foi às 9h45, não tendo sido atingido o quórum requisitado pelo estatuto, fez-se uma nova chamada às 10h05, em que se iniciou a Assembleia Geral. O término da Assembleia se deu às 10h55. A Assembleia Geral foi presidida por Myllena Felix Sampaio, presidente da gestão 2015/2016 e secretariada por mim, Lucas Vieira Carvalho, 1º secretário da gestão 2015/2016.

Havia 82 associados na Assembleia. Os presentes assinaram a lista de presença que está disponível para consulta por parte de quaisquer um dos associados do Centro Acadêmico.

Pauta: Deliberação sobre a adesão à paralisação dos funcionários a ocorrer nos dias 24 e 30 de maio, além da adesão à paralisação dos cursos USP-RP no dia 24/05, que será realizada em decorrência de cotas raciais, permanência estudantil, terceirização do bandeirão, reforma do estatuto da USP e responsabilização em casos de assédio e estupro.

Ata

Myllena Sampaio fez a fala inicial da Assembleia Geral, explicitando os motivos da convocação da mesma. A reunião se dá justamente por um motivo de paralisação. Falou que os funcionários da faculdade vão paralisar nos dias 24 e 30 de maio. E quinta-feira passada, houve uma assembleia geral dos estudantes da USP-RP, no vão do bandex, e foram deliberados alguns pontos, especificamente a paralisação dos cursos no dia 24 que vão ser legitimadas por assembleias nos cursos no dia de hoje. Explicou o que foi deliberado na Assembleia e que a principal pauta que seria tratada pelo campus de Ribeirão seriam as cotas raciais, e, em decorrência desse tema, viriam os temas da permanência estudantil, a contrariedade à terceirização do bandex, a reforma estatuinte da USP e a responsabilização em casos de assédio.

Esse ano foi problemático em questão à moradia e à permanência dentro do campus. O estudante que realmente precisa de auxílio está comprometido. Jefferson Martins explicitou que as residências estudantis estão superlotadas, sendo que algumas delas estão fechando para reformas. Não se pensa em construir novas moradias, porque seria inviável para eles. Existem muitas casas boas que são desabrigadas, mas ainda assim, eles não pensam em colocar pessoas nessas casas. O número de bolsas em relação a passagem, refeição, entre outras diminuíram também. Jefferson falou que em média 10 pessoas entraram na residência durante esse ano. A tendência é piorar, com a escolha de utilizar o Enem como método de entrada, mais alunos que precisam de permanência estão entrando. A USP aprova os alunos de escola pública, mas não se preocupa com a permanência desses. Além disso, ainda há a questão dos cursos integrais em que não há a possibilidade de estágio durante todo o curso. A dependência das bolsas é maior ainda. Aqui na faculdade, é problemático que os professores não pegam o critério da renda no momento da bolsa, mas sim a proximidade para com os alunos. Ele deu o exemplo dele de que a bolsa dele é na Farmácia. Jefferson disse que as pessoas que querem participar dos projetos,

que o façam, mas se possível, abram mão das bolsas porque é um critério totalmente do professor. Se elas realmente não precisam, é importante que elas deixem as pessoas que precisem, a tenham.

Myllena Sampaio disse que o jantar é terceirizado. Disse que em uma das reuniões do Recarp que a função de cozinheiro não existe mais. Isso diagnostica que se encaminha para uma terceirização. Os funcionários já estão conversando sobre essas atitudes. Muitas pessoas precisam do restaurante universitário e precisamos nos mobilizar contra isso e está tendo um desmonte generalizado. Se não discutirmos ou nos mobilizarmos, eles vão terceirizar tudo.

Lucas Nakamoto disse que tem ido às assembleias dos funcionários. A extinção da profissão de cozinheiro é algo humilhante para os próprios trabalhadores. Essa extinção quer dizer que a USP não vai mais contratar cozinheiros; os que tem, já estão mais idosos e a maioria deles próximos à aposentadoria. Assim que eles se aposentarem, não haverá mais cozinheiros e vai haver a terceirização. A menos que os estudantes intervenham sobre isso, essa situação não vai mudar. Os funcionários fazem três mil refeições por dia e são muito pesadas as condições de trabalho. O problema da terceirização é que o trabalhador não tem vínculo com o local de trabalho, trabalhando para outra empresa. Em um dia, ele disse que estava conversando com os seguranças – que são agora terceirizados – e um deles, durante a conversa, demonstrou bastante instabilidade e medo de demissão. Uma empresa terceirizada tem como objetivo o lucro; por outro lado, uma empresa pública tem enquanto interesse os estudantes. Isso traria um sucateamento das coisas.

Lucas Martins disse que não entende como poderia aumentar o preço para os alunos, já que para a USP, o interesse seria cortar gastos. Lucas Nakamoto disse que pode ou não aumentar o preço, disse que 1,90 não paga o preço de uma refeição. Pode ser que em algum momento, a empresa venha a dizer que vai cobrar mais porque o subsídio fornecido pela USP não é suficiente.

João Victor Palhuca disse que em Lorena, o bandeirão era terceirizado e que a qualidade da comida era muito pior e os funcionários eram maltratados. Aqui, uma funcionária perguntou para ele se a comida do jantar era melhor que o almoço. E ela disse que se houvesse a terceirização, ela poderia perder o emprego.

Diego Alvarez disse que seu professor de economia disse que o custo da refeição hoje consta enquanto 7,90. A USP manteria o subsídio de 1,90, mas o preço que a empresa poderia passar seria mais alto para lucrar. E esse preço, se for analisado no âmbito geral, o que se enfrenta com a terceirização. A resolução de problemas entre os funcionários fica muito mais difícil. As relações ficam mais estratificadas e mecânicas em um cenário de terceirização.

Mariana Figueiredo disse que na Unesp o bandex era terceirizado e cerca de 4,00. Havia menos refeições por alunos e muitas das pessoas que compravam, dividiam refeição porque não conseguiam pagar 4,00 o almoço e 4,00 o jantar. A terceirização é prejudicial para a permanência dos alunos. A situação dos funcionários é problemática. Muitas vezes, não há recontração de funcionários que saem. É uma situação muito precária e pensa que isso deve ser tratado de uma forma mais incisiva. Aqui, na FDRP, não somos muito afetados, mas em outras unidades, isso é mais sintomático.

Luís Morais disse que conversou com o porteiro da catraca do bandex nessa semana, o Ricardo. Conversaram sobre o trabalho dele e ele ficou bem emocionado. Esse comprometimento não seria garantido com funcionários terceirizados. Existem pesquisas que indicam que esses

funcionários ganham até 40% menos que outros. Eles realmente vão precarizar o atendimento e vão tirar parte do salário das pessoas.

Lucas Nakamoto disse que a proposta de reajuste salarial na semana passada foi de 3%. Os funcionários pediam pelo menos 13%. O objetivo de terceirizar é tudo por uma questão de crise financeira, que além de cortar dinheiro dos estudantes, cortam as permanências destes. Se a USP é para os alunos, não faz sentido ficar cortando os benefícios deles.

Myllena Sampaio disse que isso se relaciona muito com a reforma estatutária e a questão da ocupação da Filô. Esse ano é mudança de chapa de diretores, tendo sido convocada uma eleição; a eleição de diretor tem previsão no Estatuto da USP de 70% de pessoa para o voto dos professores; sendo que parece que houve um percentual de 91% na escolha dos diretores da Filô nessa eleição. O corpo maciço dos alunos tem pouquíssimo poder de voto. Os alunos que quiseram participar não conseguiram, porque alguns professores se opuseram. Havia duas chapas, uma que tinha pautas comuns ao corpo discente e outra que não tinha tanta representatividade, que foi a vitoriosa. Foi uma questão muito autoritária. Somado a isso, o reitor baixou uma portaria que determina que ele escolheu o substituto do prefeito do campus. Com essa portaria, ele escolheu um professor, que responderia enquanto prefeito do campus, que é da FMRP. A USP é a única universidade que não segue a LDB, em relação à participação dos alunos, sendo que foi feito na época da ditadura.

Prosseguiu a sua fala falando que não podemos perpetuar relações de opressão de poder, de machismo que ocorrem dentro da sala e fora dela, além dos casos de impunidade que têm se dado.

Disse que amanhã, foi proposta uma paralisação pelos estudantes do campus. Haverá um cronograma de atividades que serão feitas, sendo que ele será repassado no Direito-USP. Haverá alguns atos na Prefeitura do Campus. Ainda que saia algum resultado daqui, precisamos de um resultado nas ruas do campus. Precisamos de massa popular.

Lucas Vieira indagou a quem foi à Assembleia se haverá funcionários de outras unidades que vão parar. Myllena Sampaio disse que não tinha certeza.

Mariana Belinotte perguntou se os funcionários do Sintusp também vão parar. Ela disse que em 2014, só parou no último dia de greve.

Myllena Sampaio disse que talvez no dia 30, alguns docentes também parem. Além disso, acrescentou que se decidirmos que vai paralisar, vai paralisar. Vamos de alguma forma barrar o acesso às aulas. Complementou que é extremamente problemático destruir as barreiras das salas, especialmente pelo fato de que a Assembleia é um órgão maior de deliberação.

Carolina Rios disse que, no folheto que são entregues na Portaria, já se delimitam alguns casos de greve. Lucas Nakamoto disse que os funcionários da creche já estão de greve e somente os serviços essenciais estão ocorrendo.

Mariana Figueiredo disse que o problema do primeiro ano é que eles têm prova amanhã. Myllena Sampaio disse que vai conversar com o professor sobre isso.

Mariana Maior disse que por mais que não haja muitas pessoas, como vamos mobilizar todo os alunos? A questão é que algumas pessoas ainda preferem ir em aulas do que um ato político tão significativo. Diego Alvarez disse que quando viemos de uma estrutura que seleciona alunos extremamente parecidos, de cobrança de vestibular. Ele compreende que algumas pessoas se

preocupem com a vida acadêmica. Ele disse que quando nos preocupamos que temos que ter aula é um pensamento muito voltado para o ensino médio. Essa é uma mentalidade muito precária de ensino. O que se debate, dentro de uma faculdade de direito, é que estamos saindo do nosso lugar e fazendo um exercício de alteridade. Muitas pessoas não conseguem se manter.

Flávio Felipe disse que é muito assustador que tem muita gente do primeiro ano com mentalidade conformista. Se essa é a elite do Brasil, o Brasil não está muito bem. Se já há essa mentalidade no primeiro ano, é problemático. Catherine Borborema disse que a pessoa que lutar para ir na prova tem uma experiência muito individualista. Se nenhuma pessoa fazer prova, aquele dia de prova não existiu.

Isabelle Lucena disse que, na Assembleia, uma menina falou que quando estamos doentes, paramos para nos cuidar. Ela disse que a faculdade está doente e precisamos de um tempo.

Stéphanie Luane disse que a faculdade tem o regulamento sobre as provas substitutivas, que a substitutiva teria de ser escrita.

Alice Moras disse sobre levar a situação para outras pessoas, para sensibilizar as pessoas sobre outras situações de que nem todos na USP têm condições e muitas pessoas não estão abertas para conhecer as outras realidades.

Myllena Sampaio leu o cronograma deliberado pelo pessoal da Assembleia Geral do campus, que será disponibilizado pelo Direito-USP ainda hoje. Lucas Nakamoto propôs uma oficina de cartazes para amanhã.

Vamos para a deliberação: **Você é a favor da paralisação discente no dia 24 em adesão à paralisação dos funcionários e às demandas aprovadas pela Assembleia Geral dos Estudantes USP-RP?** O resultado do pleito foi: **Contra: 8; A favor: 56; Abstenções: 6.**

Salientou-se no final da Assembleia que cada unidade se responsabiliza pela sua paralisação. Myllena Sampaio disse que ainda não haverá paralisação no dia 30 porque os cursos não definiram isso ainda. Propôs-se a convocação de uma Assembleia para o dia 25/05 para a adesão à paralisação dos funcionários do dia 30/05.

Nestes termos, certifico e dou fé da legitimidade do presente documento,

Myllena Felix Sampaio

Presidente do CAAJA

2015/2016